irregular o ato de aposentadoria concedida pelo Instituto de Previdência dos Funcionários Municipais de Itaipu, em favor da ex-servidora, negando o seu registro. Advogado: Tiago Gonçalves Oliveira (OAB/SP nº 165.994). Em exame: Solicitação de intimação formal, a respeito do dia e hora do julgamento do Recurso Ordinário. Cuidam os autos de Recurso Ordinário em face da Sentença que julgou irregular o ato de aposentadoria promovido pelo Instituto de Previdência dos Funcionários Municipais de Itaipu, em favor da ex-servidora, Sra. Teresinha de Jesus Gomes Biancardi, negando o seu registro. Considerando o pedido de intimação formal, a respeito do dia e hora do julgamento do Recurso (item "E2"[1] da peça recursal), informo que tal procedimento, dar-se-á mediante divulgação, no Diário Oficial do Estado, da respectiva Ordem do Dia da Sessão em que o processo for submetido à apreciação, cabendo ao interessado, portanto, acompanhar o andamento do feito. Não obstante, adianto que o presente processo constará dos trabalhos da Sessão Primeira Câmara a ser realizada no dia 08/09/2020, a partir das 14h30. Ressalto, ainda, que eventual pedido de sustentação oral deverá ser formalizado, conforme disposto nos Comunicados SDG nº 15[2] e 16[3], publicados no DOE de 13/04/2020 e 17/04/2020, respectivamente. Publique-se.

DESPACHOS DO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO
Processo: TC-019618.989.20-6.
Representante: Lactosojá Serviços e Comércio de Alimentos Eireli.

Representada: Prefeitura Municipal de Caçapava.
Responsável: Fernando Cid Diniz Borges – Prefeito.
Assunto: Representação contra o edital do Pregão Presencial nº 22/2020, promovido pela Prefeitura Municipal de Caçapava, tendo por objeto registro de preços para fornecimento de leite em pó, compostos lácteos formulados e pó para preparo de alimentos.

Valor Estimado: Não divulgado.
Advogados: Flávia Maria Palavéri (OAB/SP nº 137.889); Renata Maria Palavéri Zamoro (OAB/SP 376.248).
Vistos.

1. RELATÓRIO
1.1. Trata-se de representação formulada por LACTOSOJA SERVIÇOS E COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI, contra o edital do Pregão Presencial nº 22/2020, promovido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, tendo por objeto registro de preços para fornecimento de leite em pó, compostos lácteos formulados e pó para preparo de alimentos.

1.2. A Municipalidade representada requer a prorrogação do prazo fixado por mais 05 (cinco) dias para apresentar as justificativas e esclarecimentos em relação aos pontos impugnados na representação.

2. DECIDO
2.1. Defiro.
Publique-se.

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO
Expediente: TC-020371.989.20-3.
Representante: S & T Comércio de Produtos de Limpeza Descartáveis e Informática Ltda.

Representada: Prefeitura Municipal de Jundiá.
Responsável: Luiz Fernando Arantes Machado – Prefeito.
Assunto: Representação contra o edital do Pregão Eletrônico nº 191/2020, promovido pela Prefeitura de Jundiá, tendo por objeto fornecimento de papel higiênico folha simples, sob sistema de registro de preços.

Valor estimado da contratação: Não informado.
Advogados cadastrados no E-TCESP: Fernanda Massad de Aguiar Fabretti (OAB/SP 261.232); Roberta Kandas de Meiroz Grilo (OAB/SP 97.509); Alexandre Hisao Akita (OAB/SP 136.600); Alberto Shinji Higa (OAB/SP 154.818); Luis Carlos Germano Colombo (OAB/SP 307.325).
Data da abertura: 27/08/2020, às 09:00 horas.
Vistos.

1. RELATÓRIO
1.1. Trata-se de representação de S & T COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA DESCARTÁVEIS E INFORMÁTICA LTDA, contra o edital do Pregão Eletrônico nº 191/2020, promovido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, tendo por objeto fornecimento de papel higiênico folha simples, sob sistema de registro de preços.

A sessão pública de abertura dos envelopes está marcada para ocorrer no dia 27/08/2020, às 09:00 horas.

1.2. A representante, em linhas gerais, insurge-se contra a ausência de características técnicas para o produto, quanto à absorção, fibras, papel picotado ou gorfado, com ou sem aditivos.

1.3. Nestes termos, requer seja determinada a suspensão liminar do procedimento licitatório e, ao final, o acolhimento de suas impugnações, a determinação de retificação do instrumento convocatório.

É o relatório.
2. DECIDO

2.1. Pelos registros dos presentes autos, pode-se verificar que a representação foi autuada na terça-feira (25/08/2020 – 19h:48min) e distribuída ao meu Gabinete às 09h:26m de hoje (quarta-feira – 26/08/2020), remanescendo, portanto, menos de 24 (vinte e quatro) horas úteis da sessão de abertura das propostas, a ser realizada no dia 27/08/2020, às 09h:00m.

A jurisprudência desta Corte exige lapso superior a 24 (vinte e quatro) horas antecedentes ao recebimento das propostas como marco temporal para que este E. Tribunal exerça plenamente a prerrogativa de requisitar instrumentos convocatórios de licitação, conforme o rito de Exame Prévio de Edital, a exemplo dos TC's 001385/011/05 e 018073/026/05 e consoante dispõe o artigo §2º do artigo 113 da Lei 8.666/93:

§ 2º Os Tribunais de Contas e os órgãos integrantes do sistema de controle interno poderão solicitar para exame, até o dia útil imediatamente anterior à data de recebimento das propostas, cópia de edital de licitação já publicado, obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração interessada à adoção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas.”

2.2. Observo que o edital está disponível desde 11/08/2020, conforme consta do sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Jundiá (https://compraeletronica.jundiá.sp.gov.br/Janelas/VisualizaTemplate.aspx?cdcompra=33479).

Registro, no entanto, que não há nos autos informação de que a Representante tenha interposto impugnação administrativa junto à Municipalidade representada a fim de submeter à apreciação do ente licitante as insurgências e dúvidas que possui em face do ato convocatório lançado à praça.

Anoto que o objeto licitado apresenta a seguinte descrição: “PAPEL HIGIENICO FOLHA SIMPLES, COR BRANCO, EM ROLAO 10 CMX600M”, atendendo, a priori, a previsão do artigo 3º, inciso II, da Lei Federal nº 10.520/02.

Dessa forma, sem antecipar qualquer pronunciamento de mérito quanto às insurgências, ressalto, no entanto, que todas as demandas que escapem deste espectro avaliativo preliminar, não serão objeto de análise neste ato, mas de quesitos a serem enfrentados no momento oportuno, quando da análise ordinária da contratação.

2.3. Diante do exposto, configurada a ausência do pressuposto da tempestividade, INDEFIRO, pois, o requerimento de medida liminar de paralisação do procedimento licitatório.

2.4. De outra parte, não estando configurado interesse no processamento deste feito, por versar sobre questões sujeitas

à fiscalização ordinária já realizada pelos órgãos desta Corte, DETERMINO o ARQUIVAMENTO deste processado.

2.5. Ficam autorizadas, desde já, vista e extração de cópias aos interessados, em Cartório.

Dê-se ciência ao Ministério Público de Contas.
Aguardar-se o prazo para interposição de eventuais recursos.
Por fim, arquivar-se o processo eletrônico.
Publique-se.
DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO

Expediente: TC-020397.989.20-3.
Representante: Dennis Rondello Mariano.
Representada: Centro de Detenção Provisória de Santo André - Secretária da Administração Penitenciária.

Responsável: Antonio José de Almeida – Coordenador de Unidades Prisionais da Região Metropolitana de São Paulo.

Assunto: Representação visando ao Exame Prévio do Edital do Pregão Eletrônico CDPSAE n.º 001/2020, processo CDPSAE n.º 056/2019SAE, oferta de compra nº 3801750000120200C00155, promovido pelo Centro de Detenção Provisória de Santo André, tendo por objeto a prestação de serviços de nutrição e alimentação destinada a 1.520 comensais, sendo 1.400 presos e 120 funcionários do Centro de Detenção Provisória de Santo André, na forma de refeição transportada em recipientes individuais recicláveis, conforme as especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I.

Valor Estimado: Não divulgado.
Advogado: não constam advogados cadastrados no e-tcesp. Vistos.

1. RELATÓRIO
1.1. Trata-se de representação formulada por DENNIS RONDELLO MARIANO, contra edital de retomada do Pregão Eletrônico CDPSAE n.º 001/2020, processo CDPSAE nº 056/2019SAE, oferta de compra nº 3801750000120200C00155, promovido pelo CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE SANTO ANDRÉ, tendo por objeto a prestação de serviços de nutrição e alimentação destinada a 1.520 comensais, sendo 1.400 presos e 120 funcionários do Centro de Detenção Provisória de Santo André, na forma de refeição transportada em recipientes individuais recicláveis, conforme as especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I.

A sessão pública de processamento do pregão está marcada para ocorrer no dia 28/08/2020, às 09:00 horas.

1.2. Sem desferir críticas ao edital propriamente dito, o Representante se insurge contra o ato da Pregoeira que designou nova sessão pública para o dia 28/08/2020, o que estaria em contrariedade com decisão proferida nos autos do Agravo de Instrumento em trâmite na 4ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo sob o nº 2167935-36.2020.8.26.000, que teria determinado a suspensão do certame.

1.3. Requer que este Tribunal determine a suspensão do certame e que, ao final, seja determinado o cancelamento do edital, a fim de que seja cumprida decisão da lavra do Excelentíssimo Senhor Desembargador Osvaldo Magalhães, da 4ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

É o relatório.
2. DECIDO

2.1. A representação foi protocolizada tempestivamente e está acompanhada dos documentos do Representante nos termos dos artigos 110 e 111 da Lei Orgânica do TCESP e do § 2º do artigo 220 do Regimento Interno.

2.2. No mérito, em que pese o teor das alegações do Representante, as alegações e documentos colacionados não demonstram que o edital do Pregão Eletrônico CDPSAE n.º 001/2020 possui cláusulas e requisições contrárias às normas de regência e que impliquem em restrição nociva à competitividade do certame, que prejudiquem a formulação de propostas ou comprometam as condições que permitem a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração.

A Representação sequer desmere críticas ao edital em questão, condição que impede o seu processamento nesta via processual.

As razões de irrisignação da Representante estão calçadas em eventual ato da Administração que seria incompatível com o teor de decisão proferida pelo Juízo da 4ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que teria determinado a suspensão do certame.

Portanto, sem ingressar no mérito das insurgências do Representante, não se trata de questão que justifique a atuação deste E. Tribunal nos termos do artigo 113, §2º da Lei 8.666/93, uma vez que a requisição de cópia do ato convocatório para o exame da matéria em sede de Exame Prévio de Edital não tem o condão de socorrer às pretensões e aos interesses do Representante.

O Exame Prévio de Edital pode ser definido como o procedimento mediante o qual os Tribunais de Contas e os órgãos integrantes do sistema de controle interno requisitam para exame, até o dia imediatamente anterior à data do recebimento das propostas, cópia de edital de licitação já publicado com o objetivo de analisar sua legalidade e determinar, se for o caso, medidas corretivas estruturais ou específicas destinadas a conformar as cláusulas e regras impugnadas à legislação de regência e permitir o regular prosseguimento da licitação.

Em outras palavras, a Representação em sede de exame prévio de edital tem por finalidade provocar a atuação do controle externo com vistas à identificação de irregularidades ou ilegalidades no ato convocatório para a determinação de medidas corretivas para a conformação aos termos da lei.

O pedido da Inicial, qual seja, o de impor à Administração o cumprimento de decisão judicial, extrapola o âmbito de atuação deste E. Tribunal em sede de exame prévio de edital e, portanto, não deve ser conhecido nesta via processual.

O requerimento de que seja determinada a suspensão do certame por este E. Tribunal resta inclusive prejudicado em função do arazoado da Representação, que informa que já há decisão do Poder Judiciário neste sentido.

2.3. Portanto, neste juízo preliminar, verifico que as questões anotadas não justificam a concessão de medida de suspensão do certame para análise da matéria em sede de exame prévio de edital neste E. Tribunal.

2.4. Neste contexto, sem antecipar juízo de mérito em relação à licitação e ao contrato em perspectiva, a jurisdição desta Corte de Contas será prestada na oportunidade da análise ordinária da matéria.

2.5. Diante do exposto, não estando configurado interesse no processamento deste feito, por versar sobre questões sujeitas à fiscalização ordinária já realizada pelos órgãos desta Corte, DETERMINO o ARQUIVAMENTO deste processado.

2.6. Ficam autorizadas, desde já, vista e extração de cópias aos interessados, em Cartório.

Dê-se ciência ao Ministério Público de Contas.
Aguardar-se o prazo para interposição de eventuais recursos.
Por fim, arquivar-se o processo eletrônico.
Publique-se.

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO
PROCESSO TC Nº: 005866.989.20-5
ÓRGÃO: GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RESPONSÁVEL: JOÃO DORIA
ASSUNTO: CONTAS DO GOVERNADOR DO EXERCÍCIO DE 2020
VISTOS.

Tratam os autos das Contas Anuais do Governador, relativas ao exercício de 2020.

Em atendimento complementar ao Ofício CG.C.DER nº 611/2020 (evento 54), a Secretária de Governo do Estado de São Paulo encaminhou os documentos inseridos no evento 170

e solicita dilação de prazo para cumprimento integral à determinação desta Corte.

Também, o d. MPC, em virtude da apresentação de justificativas e documentos remetidos pelo Governo do Estado de São Paulo que visavam suprir as omissões apontadas em manifestação pretérita do órgão ministerial (evento 136), sobre as ações estatais adotadas para o enfrentamento da pandemia COVID-19, ofertou novo pronunciamento no evento 165, propondo assinatura de prazo à Origem para que apresente “os relatórios bimestrais descrevendo todas as ações extraordinárias adotadas voltas ao combate do COVID19, iniciadas a partir da data de decretação do estado de calamidade (30/04/2020), indicando as despesas realizadas e as respectivas fonte de custeio, além de eventuais renúncias de receitas concedidas nesse período”.

Assim, defiro o pedido de dilação de prazo em 10 (dez) dias úteis e NOTIFICO o Governo do Estado de São Paulo, nos termos do art. 29 da Lei Complementar nº 709/1993, para que, no mesmo prazo, tome ciência da manifestação encartada pelo d. MPC no evento 165 e apresente os esclarecimentos que entender pertinentes, bem como envie a documentação requisitada.

Publique-se.
DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO

PROCESSO:00018717.989.17-2

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE TABOAO DA SERRA (CNPJ 46.523.122/0001-63)

CONTRATADO(A):ESTRELA TURISMO TRANSPORTE E LOCA-CAO EIRELI (CNPJ 18.543.430/0001-15)

INTERESSADO(A): TAKASHI SUGUINO

FERNANDO FERNANDES FILHO

JOÃO MEDEIROS DE SÁ FILHO

PATRICIA DA CONCEIÇÃO PIRES

ANDRÉ LUIS DOS SANTOS

ASSUNTO: ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº G-077/16

EDITAL Nº G-077/16

PREGÃO PRESENCIAL Nº G-077/16

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22346/2016

OBJETO: LOCAÇÕES DE VANS ADAPTADAS PARA ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, COM MOTORISTA CERTIFICADO E ACOMPANHANTE/MONITOR.

EXERCÍCIO: 2017

INSTRUÇÃO POR: DF-06

PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00018909.989.17-0

RECURSO(S)/AÇÃO(ÕES) VINCULADO(S): 00023698.989.19-1

PROCESSO:00018909.989.17-0

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE TABOAO DA SERRA (CNPJ 46.523.122/0001-63)

CONTRATADO(A):ESTRELA TURISMO TRANSPORTE E LOCA-CAO EIRELI (CNPJ 18.543.430/0001-15)

INTERESSADO(A): TAKASHI SUGUINO

FERNANDO FERNANDES FILHO

JOÃO MEDEIROS DE SÁ FILHO

PATRICIA DA CONCEIÇÃO PIRES

ANDRÉ LUIS DOS SANTOS

ASSUNTO: ARTIGO 6º, DA RESOLUÇÃO 01/2012.

EXERCÍCIO: 2017

INSTRUÇÃO POR: DF-06

PROCESSO PRINCIPAL:18717.989.17-2

RECURSO(S)/AÇÃO(ÕES) VINCULADO(S): 00023699.989.19-0

INTERESSADOS/RESPONSÁVEIS: FERNANDO FERNANDES FILHO – PREFEITO MUNICIPAL; TAKASHI SUGUINO – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (RESPONSÁVEL QUE HOMOLOGOU A LICITAÇÃO E ADJUDICOU O OBJETO E ASSINOU A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E O TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO); JOÃO MEDEIROS DE SÁ FILHO – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA (RESPONSÁVEL QUE ASSINOU A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COMO GESTOR DO CONTRATO); PATRICIA DA CONCEIÇÃO PIRES – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS; ANDRÉ LUIS DOS SANTOS (RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA DETENTORA QUE ASSINOU A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS)

Vistos.

Retomada a instrução, diante dos apontamentos anotados pela Fiscalização e pela Assessoria Técnica nos eventos 26, 40 e 57 do processo principal e nos eventos 29, 43 e 60 do processo da execução contratual, assino à PREFEITURA MUNICIPAL DE TABOÃO DA SERRA o prazo de 15 (quinze) dias para que, nos termos do inciso XIII, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 709/93, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, ou apresente justificativas acerca das dúvidas suscitadas, ficando, ainda, os responsáveis supracitados notificados para acompanhar o presente feito e, caso queiram, no mesmo prazo, apresentar os esclarecimentos que entenderem cabíveis.

Transcorrido o prazo, retornem os autos pelo MPC, nos termos do artigo 69, II, do Regimento Interno deste Tribunal.

Publique-se.
PROCESSO:00018115.989.20-4

CONTRATANTE:COMPANHIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO - SABESP (CNPJ 43.776.517/0001-80)

ADVOGADO: MIEIKO SAKO TAKAMURA (OAB/SP 187.939)

CONTRATADO(A): SANCTORIO TRONCO PIRAJUSSARA (CNPJ 26.051.850/0001-02)

EDISON AIROLDI

CARLOS EDUARDO CARRELA

WALTER CONDE GONÇALVES

INTERESSADO(A): FELIPE GREGORIO MOURA

ASSUNTO: ENCERRAMENTO DO CONTRATO Nº 14.349/16.

EXERCÍCIO: 2018

INSTRUÇÃO POR: DF-07

PROCESSO PRINCIPAL: 12980.989.17-2

Vistos.

Diante dos apontamentos anotados pela Fiscalização no evento 13, para que no futuro não se alegue cerceamento de defesa, assino à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP o prazo de 15 (quinze) dias para que, nos termos do inciso XIII, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 709/93, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, ou apresente justificativas acerca das dúvidas suscitadas, trazendo a documentação reclamada, ficando, ainda, os responsáveis supracitados notificados para acompanhar o presente feito e, caso queiram, no mesmo prazo, apresentar os esclarecimentos que entenderem cabíveis.

Publique-se.

DESPACHOS DO CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

DESPACHO PROFERIDO PELO CONSELHEIRO RELATOR SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

Processo: TC-020019.989.20-1. Representante: Comercial Licytare Eireli. Representada: Prefeitura Municipal de Campos do Jordão. Assunto: Exame prévio do edital do pregão presencial nº 33/2020, do tipo menor preço, que tem por objeto a “contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento de solução de gestão escolar, incluindo implantação de software público i-educar, implantação de ferramentas administrativas integradas, portais de professor e serviços à comunidade escolar”. Responsável: Frederico Guidoni Scarnello (Prefeito). Subscritora do edital: Lucineia Gomes Velloso (Presidente da Comissão de Licitações). Advogados cadastrados no e-TCESP: Elias Nejar Badu Mahfud (OAB/SP nº 166.697), Iris Cardoso de Brito (OAB/SP nº 178.476).

Defiro o pedido de prorrogação de prazo por mais 05 (cinco) dias, a contar da publicação, para apresentar justificativas. Publique-se.

DESPACHOS DE SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO SUBSTITUTO ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUI

RETIFICAÇÃO NO D.O.E. DE 26/08/2020:
ONDE SE LÊ:

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO SUBSTITUTO ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUI

Expediente:TC-001704/026/20. Interessado:Instituto ACQUA.

Assunto:Retirada de Pauta.Advogado:Alexandre Marques de Fraga (OAB/SP nº 373.915) e Raphael Franklin Moura da Silva. INSTITUTO ACQUA, qualificado nos autos do TC001787/026/16, requer o adiamento da apreciação deste processo pela e. Segunda Câmara. Amparado na faculdade conferida pelo art. 210, §2º, combinado com o art. 105, ambos do RITCESP, o pedido foi apresentado ao Colegiado, que decidiu pelo adiamento da matéria.

Defiro prazo de 5 (cinco) dias para consulta dos autos em cartório. Lembre-se, por oportuno, que memoriais de julgamento deverão respeitar a forma estabelecida no Comunicado SDG nº 10/2018, publicado no DOE de 3 de março de 2018, sob pena de não serem conhecidos.

Já eventual sustentação oral, de acordo com as regras procedimentais em vigor, deverá ser requerida ao presidente do Colegiado competente, mediante expediente próprio, quando já estiver publicada a respectiva ordem do dia.

Publique-se e junte-se ao TC001787/026/16, retornando este ao gabinete para nova inclusão em pauta.

TORNE-SE SEM EFEITO A RESPECTIVA PUBLICAÇÃO POR FALTA DE DETERMINAÇÃO SUPERIOR.

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO SUBSTITUTO ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUI.

PROCESSO: 00018684.989.20-5. CONTRATANTE: COMPANHIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO - SABESP (CNPJ 43.776.517/0001-80). ADVOGADO: MIEIKO SAKO TAKAMURA (OAB/SP 187.939). CONTRATADO(A): CONSTRUIPE - CONSTRUÇÕES DE OBRAS E PRESTACAO DE SERVICOS LTDA (CNPJ 10.973.718/0001-18). INTERESSADO(A): CARLOS AUGUSTO PLEUL (CPF 041.263.588-70). ASSUNTO: TERMO DE RECEBIMENTO DO CONTRATO 4501/17. EXERCÍCIO: 2019. INSTRUÇÃO POR: DF-07. PROCESSO PRINCIPAL: 18702.989.17-9.

Postergue-se o julgamento do processo para ocasião posterior ao retorno dos demais processos da Assessoria Técnica, se até lá não advier fato novo que justifique antecipá-lo.

Enquanto isso, mantenha-se o processo sobrestado.

Publique-se e cumpra-se.

PROCESSO: 00005233.989.19-3. ÓRGÃO: CAMARA MUNICIPAL DE PALMARES PAULISTA (CNPJ 51.840.627/0001-91). INTERESSADO(A): CARLOS LOPES DE OLIVEIRA (CPF 033.421.458-03). ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2019. EXERCÍCIO: 2019. INSTRUÇÃO POR: UR-13.

Cuidam os autos das contas da Câmara Municipal de Palmes Paulista, relativas ao exercício de 2019.

Tendo em vista o contido no Relatório de Fiscalização elaborado pela Unidade Regional de Araraquara – UR-13 (ev. 14) e de acordo com o que dispõem os artigos 29 da Lei Complementar 709/93 e 194 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, assino ao responsável pelas contas aqui em exame o prazo de 15 (quinze) dias para que tenha ciência daquele e apresente as alegações de interesse.

Publique-se e guarde-se.

PROCESSO: 00009219.989.19-1. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DE PIRAPORA (CNPJ 46.634.093/0001-07). ADVOGADO: ANNY CAROLINE DE FIGUEIREDO ARAUJO (OAB/SP 356.627). INTERESSADO(A): JOEL DAVID HADDAD (CPF 240.877.428-49). ASSUNTO: FISCALIZAÇÕES ORDENADAS - EXERCÍCIO 2019. EXERCÍCIO: 2019. INSTRUÇÃO POR: UR-09. PROCESSO PRINCIPAL: 4816.989.19-8.

De acordo com a manifestação da UR-09 (ev. 54).

Arquive-se provisoriamente.

PROCESSO: 00004816.989.19-8. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DE PIRAPORA (CNPJ 46.634.093/0001-07). ADVOGADO: ANNY CAROLINE DE FIGUEIREDO ARAUJO (OAB/SP 356.627). INTERESSADO(A): JOEL DAVID HADDAD (CPF 240.877.428-49). ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2019. EXERCÍCIO: 2019. INSTRUÇÃO POR: UR-09. PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00009219.989.19-1.

Cuidam os autos das contas da Prefeitura Municipal de Salto de Pirapora, relativas ao exercício de 2019.

Tendo em vista o contido no Relatório de Fiscalização elaborado pela Unidade Regional de Sorocaba – UR-09 (ev. 35), e de acordo com